



O (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL DO CAPITAL E DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP

Joelma Cristina dos Santos
Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é discutir as novas formas de aprisionamento do trabalho pelo capital. Dessa forma, deve-se partir do princípio de que a acumulação se realiza a partir do processo de reprodução ampliado, onde o espaço atua como condição de reprodução, sendo as contradições entre as classes antagônicas, o motor para a dinâmica do processo de produção/reprodução. Este trabalho é fruto de algumas reflexões travadas no desenvolvimento da tese de doutorado intitulada “Dos canaviais à etanolatria: o (re) ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - SP”, defendida em setembro de 2009. Para a consecução dos objetivos da pesquisa, os seguintes procedimentos metodológicos foram adotados: levantamento bibliográfico referente à temática capital x trabalho; levantamento de dados de fonte secundária, junto às publicações da FIBGE, bem como de fonte primária junto aos trabalhadores das usinas, empresários do setor e sindicatos. Dessa forma, o referencial teórico, juntamente com as informações obtidas nos permitiu analisar o reordenamento do capital e do trabalho na agroindústria canavieira e os desdobramentos territoriais para os trabalhadores, universo que deve ser visto a partir das contradições e da precarização resultantes desse processo. Dessa forma, o presente trabalho se encontra dividido em 3 itens, sendo que no item 1 discutiremos a natureza “(des)civilizatória” do capital, no item 2, a participação do Brasil no novo modelo energético mundial e no item 3, o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho na agroindústria canavieira na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP), além da introdução e considerações finais.

Palavras-chave: cana-de-açúcar, Geografia, território.

A NATUREZA “(DES)CIVILIZATÓRIA” DO CAPITAL NA ATUALIDADE

Pensar a natureza civilizatória do capital na atualidade nos leva a apontar alguns questionamentos, pois de fato o capital cumpriu sua etapa civilizadora, a partir de sua expansão, conforme aponta Mendonça (2004). Porém hoje não mais consegue cumprir esta etapa, pois diante de sua crise estrutural, hoje ocorreria um processo (des) civilizatório, já que o capital é incapaz de promover o desenvolvimento, embora sua expansão continue a ocorrer, o que é confirmado pelo seu poder de destrutividade, além das estratégias de deslocamento de suas contradições (MÉSZÁROS, 2002). É nesse contexto que o autor discute a alienação, que seria caracterizada pela extensão universal da ‘vendabilidade’, ou seja, a transformação de tudo em mercadoria; pela conversão dos seres humanos em ‘coisas’, para que eles possam aparecer como mercadoria no mercado (MÉSZÁROS, 2006).

A crise que o mundo capitalista atravessa hoje é como já vimos uma crise que afeta a totalidade das contradições do capital, atingindo uma escala global. Assim, a crise de reprodução do capital é também uma crise do trabalho. A premissa da crise do trabalho tem gerado algumas polêmicas nos últimos anos que são plausíveis de discussão nessa pesquisa, visando a refletir sobre a centralidade do trabalho num momento em que o capital teria consolidado a sua grande influência civilizadora, com sua expansão, visto por uma perspectiva marxiana.

Mendonça (2004) afirma que a realização capitalista a partir da grande influência civilizadora do capital, destacada por Marx, ocorreu durante a dinâmica de expansão do capital, no entanto, não ocorre mais, devido à destrutividade inerente às ações autoexpansionistas do capital na contemporaneidade. Assim, para Mendonça, diante da perversidade do capitalismo, na atualidade a sua realização concretiza-se a pelo consumo perdulário e pelo desperdício.

É diante deste contexto que surgem teses sobre o descentramento ou fim do trabalho, embasadas na concepção de que a ciência seria a principal força produtiva e que o valor-trabalho teria perdido o sentido. A pós-modernidade e a concepção do fim da história viriam a legitimar essas idéias, a partir do ideário de que se a história é a história da luta de classes, a história teria chegado ao seu fim com o fim da luta de classes, o fim do socialismo e o império absoluto do capitalismo. Idéias como estas seriam propagadas por aqueles que Kurz (1996) denomina de antiutopistas e coveiros da teoria marxista.

Todavia, o valor que se realiza pelo trabalho ainda é o fundamento da sociedade, mesmo diante do crescimento do trabalho imaterial. É claro que ocorrem novas exigências para a lei do valor, mediatizadas pela nova divisão territorial do trabalho, em um espaço que ao mesmo tempo é concebido por alguns como único, pela unicidade das técnicas, quando por outros, torna-se fragmentado,

diferenciado, é a espacialidade diferencial, em constante movimento de territorialização/ desterritorialização/reterritorialização.

É diante desse contexto que acreditamos que o capital na contemporaneidade, principalmente diante de sua crise estrutural, após cumprir um caráter civilizatório, hoje estaria diante de um processo (des) civilizatório, já que é incapaz de promover o desenvolvimento, o que é confirmado pelo seu poder de destrutividade, além das estratégias de deslocamento de suas contradições.

Essa reflexão vai de encontro aos posicionamentos de Mészáros (2006), ao enfatizar que diante do desemprego estrutural e dos graves conflitos políticos, econômicos e militares internacionais, somente uma alternativa radical poderá oferecer uma saída para a crise estrutural do capital e o século XXI será decisivo, pois poderá vir-a-ser do “socialismo ou barbárie. Para os que esperam um capital globalizante ou governo global segue a ressalva do autor: “[...] O capital não vai ajudar nem fazer tamanho ‘favor’ à classe trabalhadora pela simples razão de que é incapaz de fazê-lo” (MÉSZÁROS, 2006, p. 99).

Uma vez posto esse quadro de inversão de prioridades, o consumo é que passa a despertar uma sensibilidade global e as lutas de classe, diante do (re) ordenamento territorial do capital, que engendra um (re) ordenamento territorial do trabalho, adquirem novas formas. “As lutas de classe não são mais exatamente idênticas às de ontem. A exploração e as alienações que atingem outras camadas, além da classe operária, fazem com que as lutas de classe assumam outras formas: as modernas” (AJZENBERG, 2005, p. 17).

Dessa forma, há uma maior dificuldade em mobilizar o interesse geral da classe trabalhadora, mesmo considerando sua ampliação, em direção a uma tomada de consciência rumo à emancipação e, por sua vez, há um despertar de uma sensibilidade global que aprisionada pelo sociometabolismo do capital e pelo poder da ideologia torna o consumo um objetivo de todas as classes, diante da já mencionada “inversão de valores” ocorrida a partir das relações capitalistas entre valor de troca e valor de uso.

Nesse contexto, uma vez que defendemos a centralidade do trabalho e, a emancipação social do trabalho e pelo trabalho, somos levados a entender que é necessário unir o que o capital fragmentou, ou seja, é necessário resgatar a unidade e identidade da classe trabalhadora, o ver-se trabalhador no outro trabalhador, pelas ações que transcendam a esfera local e também interesses particulares, fragmentados e específicos. Na esfera do embate, ao observarmos os movimentos de luta pela terra no Brasil, preocupados com a expansão da cana-de-açúcar, enxergamos, embora num contexto específico, uma identificação como classe trabalhadora, pois a Reforma Agrária representa um resgate da dignidade perdida e desterritorializada do trabalho e, também, a possibilidade de reprodução social no próprio lote e não por meio da venda da força de trabalho para as usinas, mas, também, implicaria um contexto propício a novas relações de trabalho.

A transformação de tudo em mercadoria se estende da força de trabalho aos valores humanos, da substituição do ser pelo ter em uma sociedade cada vez mais marcada pelo individualismo, que é incorporado também pela classe trabalhadora. Assim, o trabalhador não percebe o outro trabalhador enquanto igual, mas sim como superior, inferior, ou quando se aproxima da possibilidade de igualdade o vê como um competidor em potencial. É aí que reside o grande desafio da classe trabalhadora rumo ao desestranhamento

Dessa forma, a atual fase de reestruturação produtiva do capital implica na construção de um novo universo do trabalho, que é complexificado, multifacetado, fragmentado e onde se intensificam todos os níveis de precarização, o que reflete em um aumento de trabalhadores temporários, parciais, subcontratados, terceirizados, além da intensificação do desemprego estrutural (ANTUNES, 2003).

Tendo como cenário a agroindústria canavieira, cuja reestruturação tem impactado os trabalhadores em sua dimensão subjetiva - instrumento ideológico voltado para a valorização do capital - e organizacional, além de alterar a estrutura do emprego e desqualificar o trabalho existente, Thomaz Júnior (2003) atenta que para se entender o campo e as formas como expressam e se estruturam as relações aí presentes, a categoria trabalho se torna porta de entrada para o exercício da ciência geográfica. É nesse contexto que no próximo item discutiremos o novo modelo energético mundial, modelo este que o Brasil participa e que os trabalhadores envolvidos na agroindústria canavieira tem pago um alto preço.

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO NOVO MODELO ENERGÉTICO MUNDIAL

A discussão de um novo modelo energético está umbilicalmente relacionada à questão dos agrocombustíveis e implica (re)arranjos mundiais, pois a matriz energética que sustenta o atual modelo de sociedade, baseada nos combustíveis fósseis está em crise. Diante disso, a oferta de petróleo deve diminuir nos próximos anos e a demanda aumentar, acarretando conseqüentemente, preços altos.

Dessa forma, a tendência aponta para um novo eixo, o dos agrocombustíveis. Cabe ressaltar que a geopolítica do petróleo colocou o Oriente Médio em evidência, não só pela produção do combustível em si, mas o que ficou em evidência, nas últimas décadas do século XX, foram os conflitos relacionados ao controle da distribuição do produto, o que refletia as disputas pelo poder econômico, político e militar, principalmente com os Estados Unidos.

Há um (re)ordenamento territorial, quando se trata dos agrocombustíveis e, conseqüentemente, um (re)arranjo espacial, tanto do ponto de vista global, como internamente. O Brasil é um país pioneiro na experiência de obter etanol da cana-

de-açúcar, além de contar com outras fontes de resíduos vegetais, que constituem em matéria-prima para o etanol obtido com celulose.

Sachs (2005) afirma que estamos diante da “saída da civilização do petróleo” rumo a uma nova civilização da biomassa. Assim, o modelo sustentado pelo que o autor denomina de biocombustíveis (chamado mais apropriadamente pelos movimentos sociais de agrocombustíveis), deve-se basicamente a três fatores: 1) crise do petróleo, visto que o pico da produção mundial deve ocorrer nos próximos 10-20 anos, com os altos preços do barril, 2) aos custos cada vez mais elevados dos EUA e aliados em manter as linhas de abastecimento a partir do Oriente Médio e, 3) à questão ambiental.

A respeito do problema geopolítico relacionado ao petróleo, Sachs (2005, p. 200) afirma: “[...] enquanto persistimos na geopolítica atual do petróleo, corremos o risco de ir de uma guerra a outra, com incertezas e custos enormes decorrentes da concorrência das grandes potências industriais pelo controle das fontes de petróleo”.

O autor destaca ainda que a forte alta do petróleo contribui para a competitividade dos biocombustíveis, sendo que a substituição dos derivados do petróleo por biocombustíveis é apenas parte de uma estratégia energética que poderia tornar o Brasil menos dependente em relação à geopolítica do petróleo.

O Brasil tem todas as condições para se impor como um grande produtor e, com tempo, exportador de biocombustíveis, reduzindo as emissões de gases de estufa, gerando oportunidades numerosas de trabalho decente para agricultores familiares e tornando-se menos dependente com relação à geopolítica do petróleo [...] a produção de biocombustíveis deve ser colocada no âmbito mais amplo da construção de uma civilização moderna de biomassa para a qual os países tropicais têm condições privilegiadas e que constituiria uma contribuição ao desenvolvimento incluyente e sustentável. (SACHS, 2005, p. 214).

Diante desse contexto, os agrocombustíveis surgem como importante alternativa para substituição ao petróleo, não apenas com o etanol obtido da cana-de-açúcar, pois o bagaço da cana também permite geração de energia térmica, mecânica e elétrica, capaz de suprir demanda das unidades produtoras e gerar excedentes para a rede elétrica. Além desse fato, a geração de energia também pode e vem sendo obtida com resíduos da agropecuária e biomassa florestal, pode-se considerar a lenha e o carvão vegetal e o biogás provenientes da produção de suínos e aves.

Nesse contexto, Dias (2007) coloca em pauta uma importante discussão: o biodiesel, como alternativa aos combustíveis fósseis deve ser introduzido por dentro do monopólio ou por fora? É um produto realmente competitivo? O autor enfatiza que os leilões de biodiesel são uma forma de limitar a entrada em um mercado monopolizado. Sobre os custos, ressalta que são muito elevados do ponto de vista da logística, quando a produção é distante das refinarias e, ainda, a respeito da matéria-prima utilizada na produção do biodiesel, afirma:

[...] mamona apresenta os custos mais elevados e o dendê, os mais baixos. Macaúba e pinho manso, entre os de maior rendimento, canola e girassol, numa faixa intermediária. A soja, sempre lembrada entre as opções viáveis produz quatro vezes mais farelo que o óleo; portanto, qualquer programa maior precisa levar em consideração que o preço de mercado do farelo pode cair e a remuneração do grão também [...] Muitas dessas plantas alternativas, em especial aquelas que não são usadas como alimento humano, ainda dependem de pesquisa e melhoramento para se encontrar a forma ideal de cultivo em grande escala. Matéria-prima para biodiesel competitivo com petróleo entre US\$ 60 e US\$ 70 o barril nem a palma de dendê o é, mesmo assim estaríamos desviando do consumo humano o óleo vegetal reconhecido como de menor custo. (DIAS, 2007, p. 181-182).

Em meio a essa discussão, cabe ressaltar que a prioridade brasileira na geração de energia ainda é a produção do etanol obtido da cana-de-açúcar, reforçando o modelo do agronegócio no país e não um modelo social e ambientalmente sustentável que possa incluir os camponeses na geração de energia, com o cultivo das matérias-primas mencionadas.

Paulino (2007) discute uma relevante premissa que evidencia a opção política brasileira na produção de energia.

Ora, a premissa de que os camponeses não existem, ou de que não possuem as condições materiais, técnicas ou culturais para recriarem-se como classe no contexto da economia mercantil, contém uma sentença tácita: a de que não podem ser protagonistas de um modelo alternativo de produção de energia vinculado à atividade agrícola. Esse é um convite à não política,

porque o confronto entre alternativas produtivas sequer se anuncia, pavimentando o terreno para a expansão do agronegócio energético fundado na expropriação, na exploração extrema da força de trabalho e na depredação ambiental. (PAULINO, 2007, p. 102).

Assim, a autora reforça o que temos evidenciado em nossos estudos, ou seja, é mesmo a cana-de-açúcar, o carro chefe do agronegócio energético no país, não obstante o descumprimento da legislação ambiental e trabalhista, além da real ameaça à soberania alimentar decorrente do modelo de geração de energia sustentado no agronegócio.

No próximo item, discutiremos como se dá a expansão da cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP, bem como o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho nesse setor.

O (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL DO CAPITAL E DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, tradicionalmente ocupada pela pecuária, vem ocorrendo a expansão da agroindústria canavieira, em decorrência da grande disponibilidade de terras, que anteriormente eram aproveitadas pela pecuária extensiva, e que vem cedendo espaço aos canaviais. Outrossim, vem ocorrendo a incorporação de unidades agroindustriais por grupos empresariais provenientes de outras regiões, que, num movimento de concentração e centralização de capitais engendram um reordenamento territorial do capital e do trabalho.

Nessa microrregião, analisamos as seguintes agroindústrias canavieiras: Destilaria Alcídia no município de Teodoro Sampaio, Usina Alto Alegre (Presidente Prudente), Destilaria Alvorada D'Oeste (Santo Anastácio), Destilaria Decasa (Caiuá), Destilaria Santa Fany (Regente Feijó), Destilaria Paranapanema (Narandiba), Usina Cocal II, no município de Narandiba e ATENA – unidade II do Grupo Diana no município de Martinópolis.

Dessa forma, deve-se entender que o capital se reordena e reordena também o trabalho, em um movimento constante de reordenamento territorial em que o capitalⁱ, visando à sua reprodução ampliada investe em aumento da produtividade, tanto através do aumento do capital constante (máquinas e equipamentos), como também o capital variável, a força de trabalho que acaba por ser incorporada ao próprio trabalhador, elevando a sua taxa de exploração. Assim, verificamos em trabalho de campo realizado na referida região, que

trabalhadores da Usina Alto Alegre, instalada no município de Presidente Prudente relataram cortar sete ruas de cana por dia, sendo que em alguns dias chegam a cortar 8 ou 9 ruas. Outro fato importante relatado por cortadores de cana dessa usina é que recebem a cesta básica, no entanto se faltarem ao trabalho um único dia durante o mês, perdem o direito de receber a cesta básica correspondente a esse período.

O pagamento por produtividade expressa uma das formas mais terríveis de controle sobre o trabalho, pois o próprio trabalhador interioriza esta cobrança em relação ao aumento da produtividade. Silva (2005) ressalta que, ao se incorporar o aumento da produtividade, há uma elevação da taxa de exploração, sem a necessidade de investir em máquinas e equipamentos.

É justamente ao tentar superar os limites da força física, que o físico reage. Dessa forma, questões de saúde são relatadas pelos trabalhadores, tais como desmaios, as câibras que ocorrem nos canaviais, quando não foram com eles, já viram ocorrer com alguém. Para minimizar, as usinas oferecem, então, uma solução de soro fisiológico, além de que segundo os entrevistados, é comum “a coluna travar” no meio do canavial.

Trabalhadores da Usina Alto Alegre revelaram que câibras e problemas na coluna, não costumam ser socorridos, já que para os mesmos, “a usina socorre a gente só em caso de acidente grave”. Nesta empresa, encontramos trabalhadores que chegam a cortar de 7 a 10 ruas de cana por dia.

Os acidentes mais ocorridos com os entrevistados são os cortes com o facão. Um trabalhador destaca: “já cortei os 2 tendões, a perna e to aqui”, de forma que cortes nos dedos, eles até se esquecem de mencionar, pois para eles é algo muito comum. Os entrevistados relatam que, embora não tenha ocorrido com eles, durante anos no corte, já viram muitos colegas sofrerem perfuração nos olhos.

Outro aspecto que revela a precarização do trabalho é a existência de pessoas que trabalham sem carteira assinada, que são penalizadas duplamente. No caso dos trabalhadores da unidade Atena de Martinópolis, há trabalhadores contratados que possuem registro em carteira assinada e todos possuem os equipamentos de segurança, no entanto dentre os que não possuem registro em carteira encontramos vários casos que relataram não receber equipamento de segurança, ou seja, sendo temporários, a usina entende que não necessita dispor dessa preocupação e desses equipamentos para com eles.

Assim, além de se entender a questão do trabalho neste setor é importante compreender como capital se realiza e se (re)ordena neste novo cenário, visto que um (trabalho) não pode ser entendido sem o outro (capital) e vice-versa.

Entender o capital sucroalcooleiro no início do século XXI exige uma leitura das transformações espaciais, que nos tem permitido apreender um (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor. No que diz respeito ao capital, cabe reforçar o interesse internacional pelo etanol coadunado com a disponibilidade de terras para o plantio da cana no Brasil. Essas terras poderiam ser destinadas a

milhares de trabalhadores desterrados, por meio de Programas de Reforma Agrária; ao cultivo de alimentos, mas é com o apoio do governo brasileiro que se transformam em canaviais,

Dessa forma, alguns elementos são importantes para entender o (re)ordenamento do capital no setor, tais como o movimento de fusões, aquisições e parcerias dentre as empresas, inclusive por grupos não ligados a atividades canavieiras. Para Chesnais (1996),

[...] um dos principais objetivos industriais de uma aquisição/fusão consiste em pegar uma parcela do mercado, especialmente quando for acompanhada pela aquisição de marcas comerciais, de redes de distribuição e de clientes cativos. (CHESNAIS, 1996, p. 64).

É assim que segue o domínio estrangeiro de terras e empresas brasileiras que poderíamos explicar por meio do que Harvey (2005) denomina de “novo imperialismo”, ou seja, uma revisitação do antigo, em tempos e lugares distintos. A “coerção consentida”, a nosso ver explica a atual posição do Brasil no que se refere às negociações internacionais, envolvendo o etanol, que nos dizeres de Harvey (2005) pode ser explicado da seguinte forma:

[...] a acumulação interminável do capital, por exemplo, produz crises periódicas no âmbito da lógica territorial devido à necessidade de criar uma acumulação paralela de poder político/militar. Quando o controle político se altera no âmbito da lógica territorial, os fluxos de capital também têm de se alterar para adaptar-se a isso. Os Estados regulam seus negócios segundo suas próprias regras e tradições peculiares, produzindo assim estilos específicos de governo. Cria-se aqui uma base para desenvolvimentos geográficos desiguais, lutas geopolíticas e diferentes formas de política imperialista. (HARVEY, 2005, p. 149).

Dessa forma, nos últimos anos verifica-se um (re)ordenamento territorial do capital nos mais variados setores, inclusive na agroindústria canavieira, que ocasiona um (re)ordenamento territorial do trabalho, pois já vimos, que o aumento da produtividade do trabalho acarreta o aumento da quantidade produzida, e, resultando no barateamento do trabalhador.

Assim, ocorre um deslocamento espacial desses trabalhadores, tanto no que se refere àqueles que efetivamente migraram de seus locais de origem, quanto àqueles que “migraram” de atividades, como um cortador entrevistado que disse “*cortar cana só em último caso*”. Pois bem, para milhares de trabalhadores no Brasil, o último caso chegou e se está na iminência de se ultrapassar o “último caso”.

Outra questão preocupante é a mecanização do corte da cana. Marx (1979) já atentava para o fato de que a máquina, ao se apoderar pouco a pouco de um ramo da produção, produz miséria crônica entre os trabalhadores que com ela concorrem. É o que estamos verificando com a mecanização do corte da cana. Neste contexto, o autor enfatiza:

[...] o instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador. A auto-expansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. [...] Quando a máquina passa a manejar a ferramenta, o valor-de-troca da força de trabalho desaparece ao desvanecer seu valor-de-uso. O trabalhador é posto no mercado como papel moeda retirado da circulação. (MARX, 1979, p. 492-493).

Dessa forma, em todo o país, a colheita mecanizada divide espaço com quase meio milhão de cortadores de cana em condições de existência extremamente degradantes. Cabe destacar que, além da mecanização do corte, outras atividades no interior da planta fabril também passam a ser automatizadas levando, conseqüentemente, estes trabalhadores ao desemprego, subemprego e a outras formas de sujeição da venda da sua força de trabalho, em condições de extrema precariedade.

No que diz respeito à Destilaria Alcídia, entre a planta fabril e os canaviais há cerca de 2.000 funcionários, que conforme já destacamos são 1.300 safristas, dos quais 1.100 são cortadores de cana e, de acordo com a empresa todos, recebem os EPs (Equipamentos de Proteção Individual), e outros 700 funcionários permanentes. Ainda de acordo com a empresa, 100% dos trabalhadores são registrados e têm direito a férias, 13º salário e seguro-desemprego e são denominados pela empresa de funcionários, independente da função que exercem.

Destes 2.000 funcionários, 100 são terceirizados, pois de acordo com a empresa, os custos com a terceirização são reduzidos, o que na prática se constitui um novo tipo de controle capitalista da produção, pois fragmenta a dimensão política, à medida que debilita a organização da classe trabalhadora.

A este respeito, Alves (2000) ressalta que

[...] o mundo do trabalho precário é decorrente de uma das motivações indutoras da terceirização. Por trás da lógica da precarização do trabalho, que atinge parcelas das firmas de subcontratação da cadeia produtiva está a necessidade das grandes empresas – de seus fornecedores de primeira, segunda e terceira linha – de descentralizar a produção, com o objetivo de reduzir custos, repassando os riscos dos negócios para as pequenas empresas e, por conseguinte, para as condições de trabalho, emprego e salário. (ALVES, 2000, p. 265).

A Destilaria Alcídia ou as *personas* do capital que a representam têm consciência das relações de poder que exercem. Isto fica explicitado na fala do Sr. Paulo Sérgio Nespulo: “*O município e a região vivem em função da usina*” e, também ficou claro na entrevista o entendimento de que a usina trouxe benefícios para a região, o progresso e que as transformações ocorridas foram positivas desde o início de sua implantação.

As relações de poder são componentes intrínsecos na efetivação de um território. Neste caso, materializam-se através do controle sobre a força de trabalho, em muitos casos provenientes dos assentamentos. Do total de 427 famílias, 87 delas, ou 20% possuem um ou mais membros da família trabalhando como assalariados, sendo a sua maioria na Destilaria Alcídia, principalmente nas épocas de plantio e corte da cana (SILVA; FERNANDES; VALENCIANO, 2006).

Assim, este controle estende-se a um território que está perdendo o seu controle, ou seja, a partir do momento que os assentados estão arrendando suas terras para a usina e, se submetendo ao assalariamento, questionamos até que ponto este território constituído a partir das lutas, tem a sua autonomia e até onde conseguirá sustentá-la, pois os assentados voltam novamente à sua antiga condição de subordinação.

Este processo verificado na região desde o início do novo século, pensado a longo prazo pode trazer sérios desdobramentos para os projetos de luta e construção dos territórios de resistência, já que esta resistência tem desembocado na incapacidade dos assentados de se reproduzirem exclusivamente a partir do cultivo da terra, o que, por sua vez, é consequência de um desamparo por parte do Estado, no tocante à efetivação de políticas públicas com tais objetivos.

Assim, Estado e capital, para não fugir às regras, principalmente na época de crise em que se encontra o capitalismo, selam as mãos, há muito tempo unidas, a favor

do capital e contra o trabalho, entendido como já deixamos claro, em vários momentos desta pesquisa, não apenas como assalariados, mas, também, incluindo os desempregados, os empregados precariamente e os camponeses.

Ainda a respeito da aliança Capital x Estado, o começo de século é marcado por esta relação também no que diz respeito à produção de energia, ou dos agrocombustíveis, com o Estado incentivando a construção de novas unidades, uma vez que para o presidente Lula, conforme reportagem de Valente (2007), os usineiros estão se transformando em heróis mundiais.

A respeito da relação estabelecida entre o capital e o Estado, Mészáros (2002), destaca que o Estado é a única estrutura compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico.

Isso significa que o Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais imediato e abrangente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 109).

Como os territórios se estruturam por meio das relações de poder, a produção de energia hoje, mais do que nunca, representa também um importante instrumento de (re) ordenamento dos territórios, já que há incentivos, inclusive, para os assentamentos produzirem agrocombustíveis. Embora possa ser utilizado e concebido pelos assentados como estratégia de reprodução, e, realmente o é, isso reforça contraditoriamente o domínio do capital sobre os seus territórios.

Além do que já destacamos, referente à questão de que o trabalhador recebe por produtividade e já incorporou as tentativas de superação dos seus limites, para que possa continuar na empresa e garantir o seu sustento.

Marx (1979) destaca:

[...] mas, no modo de produção capitalista, o trabalho necessário só pode constituir uma parte da jornada de trabalho, e a jornada de trabalho, portanto, nunca pode reduzir-se a esse mínimo. Em compensação, possui a jornada de trabalho um limite máximo. Não pode ser prolongada além de certo ponto. Esse limite máximo é determinado duplamente. Há primeiro, o limite físico da força de trabalho. [...] Além de encontrar esse limite puramente físico, o prolongamento da jornada de

trabalho esbarra em fronteiras morais.[...] (MARX, 1979, p. 262).

Dessa forma, é no limiar de ultrapassar as fronteiras físicas e morais, que boa parte dos trabalhadores das agroindústrias canavieiras da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, bem como das demais áreas canavieiras do estado de São Paulo e do país se encontram.

Assim, a atual fase do capitalismo legitima a ampliação dos elementos de dominação do capital sobre o trabalho, num cenário marcado pela transformação dos meios de produção e da adequação dos trabalhadores a esses, o que o capital justifica através da obtenção de maiores lucros, combinando dessa forma, exploração do trabalho ao processo de reprodução ampliada do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente implica em considerar que a discussão aqui proposta está inserida em um contexto mais amplo, visto que o local, a parte, engendra rebatimentos do global, do todo, considerando que a discussão perpassou pela compreensão do capitalismo como categoria de interpretação histórica e do trabalho, como categoria de interpretação geográfica da realidade.

Isso posto, foi preciso compreender que o capital encontra-se diante de uma crise estrutural, que não se origina por si só em alguma região misteriosa, mas reside dentro e emana de suas três dimensões internas: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. A preocupação reside no fato de que pode haver qualquer tipo de crise até que o obstáculo seja removido, no entanto, uma crise estrutural não pode manifestar-se como mecanismo vital de autoexpansão, visto que ela representa os *limites últimos* do sistema global.

É em meio a estas contradições que hoje nos defrontamos com o poder de destrutibilidade do sistema do capital, que mesmo diante de sua expansão, está muito longe de gerar desenvolvimento social, pois o capital apenas consegue promover o deslocamento de suas contradições.

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, tradicionalmente, ocupada pela pecuária, ocorre a expansão do setor sucroalcooleiro, em decorrência da grande disponibilidade de terras que, anteriormente eram aproveitadas pela pecuária extensiva e que vem cedendo espaço aos canaviais. Outrossim, ocorre a incorporação de unidades agroindustriais por grupos empresariais provenientes de outras regiões que, num movimento de concentração e centralização de capitais, engendram um (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho.

As transformações ocorridas no interior das relações que mediatizam a produção de açúcar e álcool na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente contêm elementos e reflexos do cenário mundial.

Dessa forma, a precarização do trabalho ocorrida no interior do setor sucroalcooleiro é decorrência da intensificação das forças produtivas e da própria dinâmica do capital, que adota a reestruturação produtiva como uma alternativa provisória para a manutenção dos padrões de acumulação.

Isso posto, cumpre ressaltar que as transformações socioespaciais retratadas ao longo dessa pesquisa, condizem com a fase de acumulação do capitalismo industrial-financeiro, que reordena o território, a partir de uma reestruturação espacial.

Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, de um lado, há o poder latifundiário, que atualmente se alia ou passa a fazer parte do capital agroindustrial, por outro lado, há trabalhadores sem-terra, divididos entre os que tentam se reterritorializar na terra e outros que, vendem força de trabalho às usinas, seja como cortadores de cana, soldados, motoristas, operadores de colheitadeiras e outras categorias, na maioria dos casos por meio de contratos de safra, geralmente precários.

É nesse contexto que a territorialização do capital e do trabalho na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente se expressam por meio das tramas que se desenvolvem neste território em disputa, com rearranjos produtivos que acarretam rebatimentos diretos para os trabalhadores. Essas tramas são marcadas por disputas entre o capital sucroalcooleiro, o poder público, os latifundiários, os movimentos sociais de luta pela terra, sindicatos e trabalhadores. No interior dessas esferas, ora se desenvolvem relações de alianças ou de embates, dependendo do jogo de forças e dos interesses predominantes.

REFERÊNCIAS

AJZENBERG, A. As classes sociais e suas formas modernas de luta. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 17, p.9-19, 2005.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS, G.L.S. Um desafio novo: o biodiesel. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 21, n. 59, p. 179-183, 2007.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política – O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MENDONÇA, M.R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) FCT – UNESP, 2004, Presidente Prudente, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **O século XXI**: socialismo ou barbárie. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MOREIRA, R. **Geografia**: teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982.

PAULINO, E.T. O campo brasileiro no cenário da matriz energética renovável: notas para um debate. **Terra Livre**. Presidente Prudente, v. 2, n. 29, p. 95-114, ago/dez. 2007.

SACHS, I. Da civilização do petróleo a uma nova civilização verde. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 19, n. 55, p. 197-214, set/dez.2005. Disponível em:<[HTTP:www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/13pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/13pdf)>. Acesso em 5 abr. 2008.

SANTOS, J.C. **Dos canaviais à “etanolatria”**: o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. 2009. 374 f. Tese (Doutorado em Geografia) IG-UFU, 2009, Uberlândia, 2009.

SILVA, A.A.; FERNANDES, B.M.;VALENCIANO, R.C (Coord.). **RIST – Relatório de Impactos socioterritoriais**. Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

SILVA, M.A.M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 2, p.2-39, 2005.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana**: a relação capital-trabalho e o movimento sindical. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

_____. O metabolismo do capital no campo, em São Paulo: fragmentação e alienação do trabalho. In: BATISTA, R. L; ARAÚJO, R. (Org.). **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 83-114.

VALENTE, R. Usineiros estão virando ‘heróis mundiais’, diz Lula. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2007. Dinheiro, p. 3.

ⁱ Para mais detalhes consultar nossa tese de doutorado (Santos, 2009), conforme consta nas referências.

Contato com o autor: joelma@pontal.ufu.br

Recebido em: 30/11/2013

Aprovado em: 04/04/2014